

Brasil

Em 2013, o Brasil fez um avanço significativo nas iniciativas para eliminar as piores formas de trabalho infantil. O governo aumentou as alocações orçamentárias para seus principais programas de proteção social — Bolsa Família, Brasil Carinhoso e Brasil sem Miséria —, sendo que seus orçamentos combinados passaram de US\$ 20,33 bilhões em 2012 para US\$ 24,4 bilhões em 2013. O governo estabeleceu novas diretrizes para priorizar o trabalho infantil no sistema de inspeção do trabalho e criou uma academia nacional de treinamento para inspetores do trabalho. O governo realizou também 8.277 inspeções e resgatou 7.413 crianças do trabalho infantil. Reestruturou o Programa Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil para aprimorar a coordenação e fornecer recursos adicionais aos governos locais, além de estabelecer um novo plano nacional para combater a violência sexual e a exploração sexual comercial de crianças. Contudo, as crianças no Brasil continuam sendo usadas em trabalho infantil na agricultura e no serviço doméstico. Alguns governos locais não dispõem de recursos adequados para implementar plenamente os programas nacionais de combate ao trabalho infantil, inclusive o tráfico de crianças.

Com base no relatório, são identificadas ações recomendadas capazes de promover a eliminação do trabalho infantil no Brasil, inclusive suas piores formas.

Área	Ação recomendada	Ano(s) recomendado(s)
Leis	Ampliar a definição de tráfico humano do Código Penal de modo a incluir o tráfico para exploração da mão de obra como delito criminoso.	2011 - 2013
Aplicação da lei	Garantir que os juizes do trabalho não emitam a autorização de trabalho para crianças abaixo de 14 anos e para que crianças de 14 e 15 anos não se engajem nas piores formas de trabalho infantil, inclusive mediante: <ul style="list-style-type: none"> • O estabelecimento de diretrizes para a emissão de autorizações de trabalho pelos juizes do trabalho. • O aumento da conscientização entre os juizes do trabalho a respeito do Decreto nº 6.481 de 2008 e outras leis sobre trabalho infantil. 	2012 – 2013
	Garantir que os empregadores que contratam adolescentes aprendizes de 14 e 15 anos cumpram as leis trabalhistas.	2013
	Garantir que os oficiais de segurança pública implementem legislação que confira situação de visto permanente a estrangeiros vítimas de tráfico humano ou exploração de mão de obra.	2012 – 2013
	Disponibilizar ao público informações sobre casos de tráfico de crianças e trabalhos forçados, incluindo o número de crianças resgatadas, investigações, ações penais e condenações.	2012 – 2013
	Garantir que o sistema judicial emita sentenças para os casos de trabalhos forçados.	2013
	Fornecer recursos adequados para os governos locais combaterem o tráfico humano e prestarem assistência às vítimas de tal crime.	2012 – 2013
Programas sociais	Desenvolver um sistema de monitoramento para acompanhar a implementação de políticas e programas de trabalho infantil.	2009 – 2013

Área	Ação recomendada	Ano(s) recomendado(s)
	Realizar pesquisa mais aprofundada sobre as piores formas de trabalho infantil, especialmente com relação a crianças envolvidas em tráfico de drogas e exploração sexual comercial, bem como crianças vítimas de trabalhos forçados em comunidades indígenas.	2009 – 2013
	Fornecer aos governos locais os recursos para implementar e monitorar plenamente os programas PETI e Bolsa Família, identificar a assistência técnica de que as comunidades necessitam, aumentar a conscientização e estabelecer as melhores práticas para lidar com o trabalho infantil e a pobreza.	2009 – 2013
	Ampliar os esforços para melhorar o acesso à educação básica, particularmente na região Nordeste.	2013
	Assegurar que as famílias que participam da PETI cumpram os requisitos do programa de manter a criança na escola e não no trabalho.	2009 – 2013
	Ampliar o acesso das crianças de rua ao Bolsa Família.	2012 – 2013